



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 144ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1976 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Fabiano Braga Cortes.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (33), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Deni Schwartz, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Continua a

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 207/76, veto apostado ao Projeto de Lei 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o Artigo 25 da Lei 4766, de 16 de novembro de 1963. Parecer da C.C.J., CONTRÁRIO ao veto, por unanimidade.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retomo nesta Assembléia, na sessão extraordinária de hoje, o debate a propósito do veto apostado pelo Chefê do Poder Executivo, ao Projeto de Lei 18/76.

Este Projeto, como se sabe, visa revogar o Artigo 25, à Lei 4766, de 16 de novembro de 1963. Este dispositivo cuja revogação é preconizada pelo projeto, estabelece-se odiosa e iníqua regra segundo a qual nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes do casal contribuinte. A pensão a que se refere o dispositivo, assim como a lei, trata de benefício concedido pelo Instituto de previdência do Estado.

Nas razões do veto, alega o Governador que a revogação deste artigo 25 que não permite ao contribuinte que venha receber mais de uma pensão, salvo os descendentes do casal contribuinte, implica sérias conseqüências de ordem econômica ao Instituto de Previdência do Estado. O que daria, segundo ao Governador do Estado, características de inconstitucionalidade ao projeto face ao preceito contido no parágrafo terceiro, artigo 77, da Constituição Estadual, que prevê a impossibilidade de pagamento de prestação de serviço de assistência ou benefício, compreendidos na Previdência Social, desenvolvida em prol dos servidores do Estado, sem a existência de correspondente fonte de custeio total.

Sobre este aspecto de ordem eminentemente econômica, a mesma Lei número 4766, em seu Art. 50, descaracteriza e retira substância da argumentação levantada pelo Sr. Governador do Estado. É que este Artigo 50, dispõe sobre que fatores financeiros constitui a receita econômica do Instituto de Previdência do Estado. E os enumera:

1 — A jóia da inscrição paga pelo contribuinte ou inscrito.

2 — A contribuição mensal compulsória e obrigatória dos inscritos.

3 — A contribuição do Estado, das autarquias, e demais entidades que vierem estabelecer convênios com o Instituto de Previdência do Estado.

4 — Juros da aplicação de capital.

5 — Juros de mora.

6 — Emolumentos e taxas.

7 — Taxa hospitalar.

8 — Prêmios e seguros.

9 — Donativos Particulares.

10 — Aluguéis de Imóveis.

11 — e, por último, outras rendas que o Instituto venha a auferir.

O que ressalta nesta relação de que trata o Art. 50, da Lei 4766, é a contribuição mensal dos inscritos que bem demonstra a qualificação retributiva do benefício do Instituto. Então vê-se, claramente, que a pensão ou benefícios que venham a ser pagos pelo Instituto de Previdência do Estado, não têm como fonte de custeio, única e exclusivamente, a contribuição paga pelo servidor público, contribuição essa, repita-se, que é compulsória.

O Instituto tem, além dessa contribuição, outras fontes de renda e é claro, que deveria ser assim, porque está mais do que provado que o Instituto de Previdência não só da área pública, mas também da área privada, jamais poderia subsistir se tivesse como fonte de rendas única e exclusivamente a contribuição de associados.

Não é por outro motivo, portanto, que, além da contribuição se associam, na formação de uma economia previdenciária, outros fatores adicionais, e esse artigo 50 traz um elenco de, afora a contribuição, mais 10 formas pelas quais o Instituto capta recursos destinados a manter sua administração, assim como a custear todos os benefícios que oferece ao servidor público.

Isto posto, não é de molde a convencer a fundamentação do veto nos termos do ofício encaminhado pelo Sr. Governador do Estado. É que não há relação ao projeto essa característica de inconstitucionalidade, pelo simples fato de que a revogação importaria em criar um benefício sem a correspondente fonte de custeio. Fonte de custeio há. O próprio Instituto reconhece isso na mesma medida em que torna obrigatório que o servidor, desde o momento de sua posse e, portanto, investidura no cargo público, venha a contribuir na base de 4 por cento de seus ven-

cimentos, e mais 1 por cento durante o primeiro ano de exercício de atividade, que constitui a jóia de inscrição.

Admitir que haja o acúmulo de pensão para determinadas situações peculiares, seria reconhecer que o Instituto de Previdência do Estado forma a sua receita através de duas modalidades: uma, perfeitamente legal, a que vem definida no artigo 50, da Lei 4766, e a outra, ilegal, porque decorre de enriquecimento ilícito, e essa figura de enriquecimento ilícito é tipificada claramente na medida que o Instituto capta do servidor a sua contribuição obrigatória, mas, por força do dispositivo da Lei 4766, não devolve ao beneficiário, o que porventura possa existir.

Se nós fizéssemos uma analogia entre a Lei 4766 que disciplina a atividade do IPE e a lei federal que disciplina a previdência social no âmbito da União, veríamos que o Estado, ao refulgir as regras mais comuns de previdência estatal, acabou por negar não só nesse caso, mas em diversas outras situações que cria dentro da lei, como, por exemplo, quando se trata da contribuição paga em função de duas atividades públicas, a saber: aqueles casos em que a Constituição permite a acumulação de cargos.

o contribuinte, segundo a lei do IPE, não poderá efetuar duas contribuições; apenas, devendo optar, é claro, pelo vencimento maior.

Já com o Instituto Nacional de Previdência Social, não ocorre isto; a contribuição é retirada do associado, obrigatoriamente, de tantas atividades quantas forem as abrangidas pelo Instituto de Previdência Social. Isto propicia ao segurado, como assim é definido o contribuinte na Lei Federal que regula a previdência social, somar, em face destas contribuições todas, um salário posterior, a título de pensão, que corresponde a uma média ponderada de todas as suas contribuições.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Accioly, primeiramente, quero agradecer ao ilustre Parlamentar por ter me concedido este aparte e, também, pedir as minhas escusas a V. Exa. por interromper tão brilhante aula constitucional que vem dando a esta Casa, em defesa de seu Projeto 18/76. Mas, me parece que mesmo o ilustre Deputado sendo um emérito professor de Direito Constitucional, V. Exa. está, não digo torcendo, mas foge, completamente, ao que diz o artigo, ou melhor, o parágrafo terceiro do artigo 77, da Constituição Estadual, no qual se enquadra e se invoca o vosso projeto; e, foram especificamente, nele vazadas as razões do veto governamental.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas, creio que, em face de não estar presente na sessão que inicialmente foi debatido este projeto, desconhece os argumentos que já foram expostos a propósito da perfeita constitucionalidade da matéria, assim como, também, V. Exa. comete um engano quando diz que o projeto é meu. O projeto não é meu; é de minha iniciativa; o projeto passou a ser da Assembléia Legislativa no momento que o aprovou. Tanto não é inconstitucional o projeto, que o próprio Governador foi evasivo na fundamentação do veto. Evasivo, porque a única forma de tentar caracterizar um pseudo-vício de inconstitucionalidade, seria, exatamente, escolhendo o caminho por ele trilhado de que as pensões que viriam a ser pagas pelo Instituto em face da revogação do artigo 25 da Lei 4766, não teriam a correspondente fonte de custeio. Só que ele esqueceu que todas as pensões que pudessem ser reclamadas junto ao Instituto de Previdência do Estado, decorreriam sempre de uma contribuição paga por um funcionário público, devidamente inscrito.

Não há pensão graciosa, concedida por mera liberalidade do Presidente do Instituto de Previdência do Estado.

Só pode reclamar pensão aquele que, por força de instituição de beneficiência feita por um contribuinte ou em decorrên-

cia de relações de parentesco devidamente esclarecidas à Lei 4766, tem direito ao recebimento do benefício. Fora disso, não há como.

O objetivo deste projeto, foi possibilitar e V. Exa. talvez desconheça isto, que é uma situação peculiaríssima porque não é uma situação comum, nós poderíamos até num termo comparativo, relacionar a revogação deste artigo 25 por recente projeto aprovado por esta Casa declarando por Lei Ordinária, àquilo que a Constituição já previa, isto é, a de que o funcionário, o servidor público que à data da promulgação da Constituição de 67, viesse a contar cinco anos de serviço público, seria considerado estável no serviço público. Descobriu, mais tarde, o eminente Secretário de Recursos Humanos que tal Lei, que aparentemente abrangeria um número considerável de servidores públicos, na verdade atingiu no máximo a setecentos servidores.

Da mesma forma ocorre com este projeto. Porque o exemplo, e disso não se pode fugir, é muito simples. Com a revogação do artigo haverá a possibilidade de que uma beneficiária que já perceba uma pensão instituída, por exemplo, pelo seu esposo, possa perceber nova pensão instituída pelo filho solteiro e sem dependentes. Filho solteiro, que também é funcionário público e contribuinte do IPE.

Então, vejamos como é que fica a situação: A viúva vem percebendo a pensão relativa ao marido. Morre o filho solteiro que não tem dependentes e que vinha contribuindo mensalmente com 4 por cento dos seus vencimentos ao IPE. A quem fica esta pensão?

Os Senhores não podem me responder; o Instituto de Previdência do Estado também não pode responder. E, porque há esta dúvida, o mais razoável é que nós aproveemos o projeto, rejeitemos o veto, e com isso sejamos, acima de tudo, humanos. A prova então, de que além dessa fonte de receita nós temos outra, é representada por este exemplo, em que há uma pensão paga mensalmente e que não fica para ninguém. Em outras palavras, fica para o Instituto de Previdência do Estado.

O que objetiva o projeto é fazer cessar esta situação que claramente implica em enriquecimento ilícito do Instituto de Previdência do Estado. Enriquecimento ilícito, porque esta fonte de receita não está definida no artigo 50, da Lei 4766. Só pode constituir fonte de receita aquela que estiver no elenco, há pouco lido por mim, constante desse artigo 50, da Lei do IPE.

É por esta razão, Srs. Deputados, que mais uma vez voltei à tribuna, esperando, que não obstante a ausência de quorum qualificado, nós possamos deliberar sobre o veto. É bem verdade que em relação ao projeto vetado pelo Poder Executivo, nós temos aqui reiteradamente falado para o oceano. E a única resposta que se escuta é a mesma que se ouve, quando na praia, se dirige a palavra ao mar: o simples murmurar.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Continua em discussão a Proposição 207/76.

Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei 18/76 de autoria do Deputado Accioly Neto.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. — A votação está sendo feita em sentido inverso.

(Pausa) Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 89/76.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 145ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1976.**

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (33), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Deni Schwartz, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O:

O SR. PRESIDENTE – (Leopoldo Jacomel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 98/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 99/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto

do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 100/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 101/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 102/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de GOIOERÊ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 103/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 28.07.76, ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976 entre o Governo do Estado e o Município de RONDON, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 104/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 02 de julho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 105/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 02 de julho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de FLORESTA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 106/76

Curitiba, 18 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre os Governos do Estado do Paraná e do Estado de Sergipe, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da Ata da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. NELSON ANTUNES EGAS, ocorrido sábado, dia 21, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, a inserção em Ata de profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO ALVES, ocorrido na cidade de Araruna, no dia 13 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Araruna sente dolorosamente a perda de um de seus pioneiros.

O extinto, Sr. ANTÔNIO ALVES, é digno das homenagens desta Casa.

Um dos desbravadores do progressista Município de Araruna, sempre trabalhou entusiasticamente em prol do engrandecimento daquela comuna paranaense.

ANTÔNIO ALVES retorna ao Criador, deixando as saudades de numerosa família, de um imenso círculo de amigos formado pela sua simpatia, hombridade, pelo seu caráter.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requerem a V. Exa. após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de saudades pelo 22º aniversário da morte do ex-Presidente GETÚLIO VARGAS.

Considerando que foi um dos maiores estadistas que este País já possuiu, Getúlio Vargas deixou marcada sua presença na Chefia da Nação por obras de grande envergadura, que consolidaram a nossa infra-estrutura, e, por conseguinte, a nossa emancipação econômica. A Usina de Volta Redonda, a Petrobrás, e Eletrobrás, para não citar outras, são marcos indelévels de nossa independência no setor do aço, do petróleo e da energia elétrica.

Esses pequenos dados de uma vida pontilhada de grandes realizações em benefício do povo, culminou no dia 24 de agosto de 1954, com uma atitude desassombrada que deixou o seu nome ligado à história brasileira.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(aa) DOMÍCIO SCARAMELLA

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a anexação dos Projetos de Lei números 115/75 e 117/76, ambos de sua autoria, atualmente na C.C.J., à Proposição 204/76, também naquela Comissão Técnica.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Dr. EMÍLIO GOMES, Presidente do BANESTADO, reiterando necessidade de instalação de agência na cidade de AMAPORÃ.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Amaporã é injustiçadamente cognominada "CIDADE-FERIADO", pois abriga dezenas de casas residenciais e estabelecimentos comerciais, com suas portas fechadas. Tal fato origina-se do até então estado de incomunicabilidade viária daquele Município, sem contudo, esmorecer ou desestimular sua população que, entre as atividades da agricultura e da pecuária, contribui seriamente para o desenvolvimento do Estado. Entretanto, Amaporã caminha agora em busca de seu grande destino e parte para a luta no afã de conquistar lugar de destaque entre os grandes municípios do Paraná.

Fator que leva Amaporã a nisso crer, é a ligação do município com a RODOVIA DO CAFÉ, no eixo de Paranavaí, integrando-a ao complexo rodoviário estadual. É justo que se prepare para um futuro grandioso, recebendo melhores olhares do Governo do Estado com a criação e instalação de órgãos que lhe possibilitem armar-se de meios e recursos para sua estabilidade sócio-econômico.

Das primeiras iniciativas a serem levadas a efeito pelo Governo do Estado, a principal é a criação e instalação de agência do BANESTADO naquele Município, eliminando-se assim, os inconvenientes de seus comerciantes, industriais e agricultores locomoverem-se até a cidade de Paranavaí para as transações de crédito.

Em 12 de maio, o Sr. Emílio Gomes comunicou-nos ter encaminhado nosso requerimento nesse sentido ao Departamento de Estudos Econômicos, o qual estudaria as viabilidades do Município em abrigar agência do BANESTADO. Do Banco Central do Brasil, temos ofício com data de 04 de agosto, comunicando-nos que aquele órgão não possui nenhuma solicitação do BANESTADO para instalar-se em Amaporã, motivo pelo qual voltamos a nos dirigir ao digno Presidente do BANESTADO no sentido de que o mesmo verifique junto ao Departamento de Estudos Econômicos, o estágio atual das análises sócio-econômico do Município em tela, encaminhando com urgência solicitação ao BANCO CENTRAL para instalação de agência na cidade-sede daquela comunidade do Noroeste paranaense. Juntamos ao presente, cópia-xerox do ofício do BANCO CENTRAL DO BRASIL, firmado pelo seu Inspetor-Geral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIORG/SETEX-76/151 Brasília (DF), 04 de agosto de 1976.
Pt. 0101888/76

Senhor Presidente.

Apraz-nos acusar o recebimento do ofício número DA/DE/SC/1549/76, de 01.07.76, através do qual V. Exa. nos encaminha cópia de Requerimento de 29.06.76, de autoria do Sr. Deputado Estadual Valter Pietrângelo, pertinente ao tempo de durabilidade da ação da Resolução número 266, de 15.10.73, e ao andamneto dos estudos de viabilidade para instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A., na cidade de Amaporã (PR).

A propósito, informamos que referido normativo suspendeu, até 31.12.76, a concessão de novas autorizações para instalação de dependências bancárias, ressalvado o disposto em seus itens VIII, XI e XII.

Por pertinente, esclarecemos que tanto a criação como a extinção ou transferência de agências é matéria da economia

interna dos estabelecimentos bancários, cabendo a este Banco Central solucionar, em harmonia com a legislação vigente à época, os pedidos que nesse sentido lhe sejam por ele submetidos, sendo certo, contudo, que, ATÉ O MOMENTO, NÃO POSSUÍMOS NENHUMA SOLICITAÇÃO DAQUELE ESTABELECIMENTO NO SENTIDO DE INSTALAR-SE NO SUPRACITADO MUNICÍPIO.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar a V. Exa. nossos protestos de elevada estima e consideração.

INSPETORIA DE BANCOS

(a) FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIRA

Inspetor-Geral

A

S. EXA. o Senhor

Deputado PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CURITIBA (PR).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, obedecendo ao que preceitua o Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, que se expeça ofício ao Sr. Superintendente Regional da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, solicitando providências no sentido de instalação de Agência Federal de Rendas, na cidade-sede do Município de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETREÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Como consequência notável e lógica da implantação de rodovias asfaltadas rasgando o Noroeste paranaenses, prevê-se o reerguimento econômico daquela profícua região, tida sempre como esteio econômico deste Estado, em virtude de sua participação no desenvolvimento da agro-pecuária e agora da industrialização.

Voltamos a insistir junto aos organismos federais no sentido de que amparem aquele crescimento, dotando a região em tela, de condições vitais para sua solidificação, atendendo-a como um todo e de forma racional.

É sabido que a Agência Federal de Rendas, sediada na cidade de Loanda, é responsável pelo atendimento de mais de 15 municípios, encontrando-se sempre, e porisso assoberbada de atividades, incapacitada até para atender satisfatoriamente a todos quanto a procuram.

É mister então, como medida saneadora do problema, uma iniciativa de profundos efeitos sócio-econômicos tal qual, a instalação de Delegacia, de Agência da Receita Federal na cidade de Nova Londrina, o que viria contribuir para o desafogamento da existente em Loanda, pois jurisdicionaria diversos municípios à primeira subordinados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a pavimentação do trecho, num total de 900 metros, que liga Imbituva ao acesso rodoviário, cujo trecho foi pavimentado até uma determinada altura, ficando o restante, ora solicitado, inacabado.

Outrossim, requer seja enviada cópia de inteiro teor do presente ao Sr. Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo foi construído um acesso da Rodovia até

o Município de Imbituva, entretanto, ficou por se concluir um pequeno trecho de apenas 900 metros, os quais, pela falta de pavimentação e grande movimento de veículos que por ali trafegam, inclusive, inúmeros caminhões, ficou esse trecho inacabado, em condições precárias de tráfego.

Faz-se necessário, portanto, que se conclua a obra começada, completando-se a ligação entre Imbituva e o acesso rodoviário.

Desta forma, solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a suspensão do Grande Expediente da sessão do próximo dia 26, a fim de que os Srs. Deputados possam assistir palestra do historiador e professor Mathias Junior a respeito da questão fronteiriça entre os Estados do Paraná e São Paulo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 91/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o Lote número 10, da Quadra 64, da planta oficial da cidade de Paraíso do Norte

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O Lote número 10, da Quadra 64, em apreço, é o local onde está construído o antigo Fórum da Comarca de Paraíso do Norte.

Agora, um novo e moderno Fórum foi edificado no Município, doado ao Estado para a construção do antigo Fórum; por conseguinte, com a doação ora pretendida, voltaria ao domínio municipal o terreno que anteriormente lhe pertencera.

Sendo o antigo Fórum um prédio que se encontra em más condições de aproveitamento, a Prefeitura poderia restaurá-lo e nele instalar alguns de seus Departamentos, promovendo uma descentralização de setores, o que certamente virá em benefício da Administração Municipal de Paraíso do Norte.

Configurando-se justa, portanto, a medida, espera o subscritor merecer a indispensável acolhida por parte de seus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos deixar de apresentar um voto de profunda saudade ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas. E por que o fazemos? Além de ser um dos maiores estadistas do Brasil, fomos amigos de S. Exa. Conhecemos o saudoso Presidente Getúlio Vargas quando estivemos na sua fazenda em 1949, pedindo sua candidatura presidencial para 1950. Visitamos novamente S. Exa. em 1950, quando já era candidato. Participamos da campanha de 1950. Lutamos em favor daquele grande estadista. Pedimos que voltasse novamente à Presidência da República, porque não nos conformávamos com sua saída, quando ele foi traído e deposto em 1945.

Por isso, na data de seu desaparecimento, não poderíamos deixar, como admirador e como bom brasileiro, de lembrar o grande estadista e pedir um voto de saudade àquele inesquecível Presidente.

Hoje já vemos a Refinaria de Petróleo da cidade de Araucária com o seu nome. É o Paraná reconhecendo o grande valor do ex-Presidente.

Este mês de agosto tem sido um mês fatídico para o nosso Brasil. Perdemos Getúlio Vargas em 1954. Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961 e no dia 22 de agosto p.p. desapareceu também aquele grande estadista, apoiado pelo PSD e pelo PTB, a quem Getúlio Vargas deu seu apoio incondicional, que foi o Presidente da República por 5 anos, o saudoso Juscelino Kubitschek.

Este o voto de saudade que apresento neste momento, para que os Anais da Assembléia façam justiça.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos também nos associar às homenagens prestadas pelo nosso colega Deputado Domício Scaramella, aos dois grandes estadistas, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, homens que souberam liderar, souberam honrar nossa Pátria e nossa gente.

Sr. Presidente, estamos neste instante encaminhando à Mesa um requerimento propondo que se dê denominação à estrada que será asfaltada pelo grande Governador Jayme Canet e que liga Wenceslau Braz a Lisímaco Costa.

Pedimos vênias para ler o anteprojeto de lei. (Lê):

PROJETO DE LEI Nº 92/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada “AVELINO VIEIRA” a rodovia que liga Wenceslau Bráz - Tomazina - Pinhalão - Japira - Ibaiti e Lizímaco Costa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A rodovia que ora se pretende dar a denominação de “Avelino Vieira”, consta do plano rodoviário do Governo de Jayme Canet e tem programado o seu asfaltamento para breve.

Queremos com a presente proposição prestar uma homenagem à figura de um dos desbravadores daquela região do Norte Pioneiro de nosso Estado. É de se destacar a figura de Avelino Vieira, pelo seu alto espírito público, que marcou sua vida, contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento daquela região, principalmente no setor rodoviário. Foi sem dúvida alguma a luta encetada por Avelino Vieira, que consagrou o asfaltamento da Rodovia “Parigot de Souza”, no trecho de Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina, um dos marcos inconteste para o crescimento daquela rica região de nosso Estado”.

Apelamos aos ilustres Pares desta Casa para que este projeto seja aprovado. Agradecemos em nome de nossa gente e do povo do nosso Norte Pioneiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados denunciávamos desta tribuna fatos relacionados com a péssima orientação administrativa na construção

do prédio destinado ao Ginásio Estadual de Abatiá.

Naquela oportunidade fomos contestados por um Sr. Deputado que, nesta Casa, se diz representante do Exmo. Sr. Prefeito Municipal daquela localidade e, inclusive, fazendo uso do Grande Expediente o Parlamentar nos negou aparte para que pudéssemos dar perfeito esclarecimento sobre o assunto.

No decorrer de seu pronunciamento afirmou esse Parlamentar, que se nossas denúncias se concretizassem pelo fato incontestável do ato denunciado, ele renunciaria o seu mandato de Deputado no presente Legislatura.

Havíamos verificado anteriormente que naquele prédio, construído através de convênio Prefeitura e Governo do Estado, foi aplicado material de péssima qualidade. Posteriormente, voltamos àquela localidade, para dar mais consistência à nossa observação, e constatamos, Sr. Presidente, que, de fato, foi empregado na construção daquele prédio, destinado ao Ginásio Estadual de Abatiá, material de péssima qualidade. Por este motivo estamos, nesta oportunidade, dando entrada a um requerimento cuja súmula está assim vazada.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem com base no art. 151 do Regimento Interno.

Sr. Presidente, já que o ilustre Deputado que ocupa a tribuna nos atacou queremos, apenas pela Ordem, com referência às denúncias feitas sobre o problema de Abatiá, dizer que o nobre Deputado deveria trazer provas concretas, para que esta Assembléia não sirva de palco a demagogos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Como não é Questão de Ordem, o nobre Deputado que está na tribuna poderá responder.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — A súmula do requerimento, Sr. Presidente, é a seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, face denúncias por quem de direito, comissão competente para levantamento e apreciação dos materiais aplicados na construção destinada ao prédio do Ginásio Estadual da cidade de Abatiá; face ser do conhecimento deste parlamentar que na obra referida foram aplicados materiais de péssima qualidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1976”.

Esperamos que o nobre Deputado Gabriel Manoel comprove, de fato, nossa denúncia é improcedente e desejamos, nesta oportunidade, caracterizar que atuamos e haveremos de sempre atuar como verdadeiros fiscais do povo, onde haja prenúncio de malversação do dinheiro público, de falta de respeito à economia do povo, nós estaremos montando algum ato de denúncia contra os erros que porventura nestes atos sejam cometidos. E acreditamos que agindo desta forma, estaremos acima de tudo, cumprindo o nosso dever como representantes do povo porque entendemos que a função do Parlamentar é de fiscalizar o dinheiro público, o dinheiro do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jorge Sato). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A singular ascensão do Paraná nos últimos anos para a posição de vanguarda no quadro brasileiro, já não pode ser atribuída somente à pujança da sua economia. Também emergimos política, social e culturalmente.

Lembro-me do tempo não muito distante em que se avocava com saudosismo, os áureos tempos do Império, quando o

Paraná fornecera Ministros para vários Gabinetes. Ficamos mais de 60 anos sem participar da elite dirigente Nacional, e só a partir do Governo Café Filho voltaram os paranaenses a integrar a alta administração do País.

Alviçareiramente, não só no campo político que o prestígio do Paraná se recupera, nas áreas técnicas e culturais vários especialistas nossos vêm obtendo posições de destaque quer em outros Estados da Federação como em países estrangeiros. Mesmo no esporte vemos a participação crescente de jovens de nosso Estado nas competições nacionais.

Universitários paranaenses vêm participando, em número crescente, de cursos de pós-graduação nos centros tanto nacionais, quanto fora do País.

É indiscutível a melhora qualitativa do ensino especializado que se ministra a nossa juventude. Fato recente e auspicioso vem confirmar estas minhas palavras carregadas de sadio otimismo, refiro-me à eleição do Professor Newton Carneiro, integrante do Corpo Docente da Universidade Federal do Paraná para o Conselho Diretor da União Internacional das Organizações de Pesquisa Florestal que congrega 317 instituições, de 74 países. Nosso conterrâneo representará a América Latina e o Caribe nessa Diretoria, sucedendo o técnico argentino Wilfredo Barrr (do Centro de Tecnologia da Madeira do Castelar).

É a primeira vez que um brasileiro participa da direção desse respeitoso organismo, e esse fato merece registro especial nesta Assembléia Legislativa, que por essa razão, apresentamos um voto de louvor e congratulações ao emérito Professor, nosso conterrâneo, conforme o seguinte requerimento do qual esperamos a aprovação de nossos Pares. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja lavrado um voto de louvor e congratulações ao Exmo. Sr. Professor NEWTON CARNEIRO, pela sua designação por eleição para o alto cargo de Representante na Diretoria dos Institutos de Pesquisa Florestal “IUFRO” com sede em Viena, cujo Instituto congrega 317 Organizações de 74 países.

Para significar da validade deste requerimento, anexamos o Curriculum Vitae de nosso homenageado. Requer ainda o signatário, se dê ciência ao Professor em tela.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1976.”

(Lê): “CURRICULUM VITAE

NEWTON ISAC DA SILVA CARNEIRO: Nasceu em Curitiba, a 18 de abril de 1914, filho do Coronel David Carneiro e de Alice Monteiro de Carvalho. Iniciou os estudos em sua cidade natal, concluiu o curso secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro e diplomou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Ainda estudante foi nomeado auxiliar técnico do Escritório Comercial do Brasil, em Nova Iorque. Regressando ao seu Estado, foi contratado lecionar Sociologia nos cursos pré-universitários, do Ginásio Paranaense. Incorporou-se ao movimento pela redemocratização do País, participando da fundação da UDN, de cujo Diretório, em Curitiba, foi eleito vice-Presidente. Em 1951 assumiu a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, no Governo Bento Munhoz da Rocha; e, dois anos depois, a Secretaria da Agricultura, no mesmo Governo. Em 1952, foi nomeado Presidente da Comissão de Comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Nas eleições de 1954, elegeu-se Deputado Federal, sendo reeleito em 1958 e 1962. Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder da UDN, vice-presidente da Comissão de Economia e Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Representou o Brasil nas Conferências Interparlamentares do Rio de Janeiro, Copenhague, Teheran e Washington. Retornando a Curitiba, foi contratado pela Universidade Federal do Paraná, como Professor

Titular da disciplina de Política Florestal, em substituição a Professor da FAO que regressou ao seu País. Em 1968, foi nomeado diretor do Instituto Brasileiro Florestal. Durante 20 anos (e até 1972), foi Presidente da Associação de Cultura Franco-Brasileira de Curitiba; e, de 1969 a 1971 foi Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É membro da Academia Paranaense de Letras onde ocupa a cadeira de que é patrono Jesuino Marcondes. Afora trabalhos em periódicos diversos, publicou: "A LOUÇA DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS NO BRASIL", (S. Paulo - 1942); "ICONOGRAFIA PARANAENSE" (Curitiba - 1950); "AS ARTES E O ARTESANATO NO PARANÁ" (Curitiba - 1953); "LA YERBA MATE Y SUS PROBLEMAS" (Washington - 1936), e colaboração com G.G. Mata); "O MATE NAS ARTES LUSO-BRASILEIRAS" (Curitiba - 1965); "370 DIAS NA PRESIDÊNCIA DO IBDF" (S. Paulo - 1971); "JOSÉ BONIFÁCIO E A DESONOMIA" (Curitiba - 1972); "O PARANÁ E A CARICATURA". Foi agraciado com a Legião de Honra e as Palmas Acadêmicas, pela França; com a Ordem de Orange e Nassau, pela Holanda; com a Estrela da Solidariedade Italiana; com a Ordem do Mérito do Chile e com a Ordem do Infante D. Henrique, de Portugal e várias Medalhas Brasileiras. Como Secretário da Educação e Cultura, foi o responsável pela Lei número 1211 de 16-09-1953, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Paranaense. Na Secretaria da Agricultura incentivou a colonização holandesa em Castropolândia e Arapoti, e a colonização holandesa, o que lhe valeu a outorga da Ordem do Mérito da Alemanha. Foi autor do substitutivo (na Comissão de Agricultura da Câmara) que se converteu no Código Florestal vigente (Lei número 4771, de 15 de setembro de 1965). Foi assessor de convênios da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

(Curitiba, 1974)"

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Jorge Sato). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o título "Pato Branco, Uma Estranha Convenção", o jornal "O Estado do Paraná", na página 02, publica uma nota cheia de inverdades, maldosas, porque mentirosas.

Já há 15 dias o mesmo jornal publicava na sua página "Política" a notícia de que o Líder do Governo estava levando para Pato Branco o Sr. Governador Jayme Canet Júnior e o Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, Presidente da ARENA Regional, para, segundo o jornal, validar uma manobra política capaz de manter em mãos desse Deputado, o controle político da ARENA, cuja facção desse Deputado é majoritária há já mais de 12 anos.

Mas, a nota de hoje, Sr. Presidente, traz muito de maldade e de inverdades.

Se a ARENA de Pato Branco até há pouco tempo era objeto de críticas, porque abrigava nas suas fileiras tendências egressas de partidos diferentes, e, portanto, litigantes, hoje nós podemos proclamar que a Aliança Renovadora Nacional de Pato Branco está coesa porque a unanimidade das duas tendências se agrupou em torno de um único nome para que ele dispute as eleições de 15 de novembro.

Em memorável convenção realizada no último domingo, a unanimidade dos convencionais lançou a candidatura do engenheiro civil Dr. Roberto Zamberlan, para Prefeito Municipal e, para Vice-Prefeito, o nome do suplente de Deputado Estadual, Dr. Luís Carlos Borges da Silveira.

Não houve, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sequer uma ausência ou nenhuma voz discordante e, naquela oportunidade, presentes também o ex-Prefeito Municipal Astério Rigon e o Sr.

Clovis Varasquim e também o Sr. Dolivar Lavarda, três postulantes à Prefeitura Municipal de Pato Branco, e todos eles, reunidos anteriormente à data da convenção, por unanimidade dos membros do Partido, os vereadores, os delegados à convenção, sufragaram o nome do eminente Engenheiro Civil Roberto Zamberlan.

Não fica bem, portanto, Sr. Presidente, que "O Estado do Paraná", jornal que tem merecido deste Poder todo o respeito e que tem a fazer a cobertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, o extraordinário jornalista, amigo de todos nós, fuja da linha, para publicar em local não apropriado para divulgação de notas políticas, notas tendenciosas e que visam difundir a desarmonia entre os companheiros e o Partido.

Diz o jornal que "de acordo com analistas da política daquela cidade, Pato Branco, o preço cobrado por Borges da Silveira para aderir ao seu antigo adversário, Ivo Thomazoni, foi a candidatura do primeiro a Deputado Estadual em 1978, formando a dobradinha com o Líder do Governo, que se candidatará a Deputado Federal".

Consta, inclusive, ainda segundo o jornal, que "o acerto entre os dois, teria sido captado há cerca de quinze dias, por dirigentes do MDB".

Ocorre, Sr. Presidente, que esta notícia não espelha a verdade do que ocorre em Pato Branco. Em Pato Branco, está a ARENA, mais do que nunca, talvez, nunca tenha estado, tão coesa. Sabe o Movimento Democrático Brasileiro, que enfrenta o Partido da ARENA também forte e disposto a vencer as eleições, com um candidato de boa formação.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós não podemos aceitar que um jornal falte com a verdade e, através da mentira, procure, mais uma vez, distorcendo a verdade, comprometer aqueles que estão lutando em favor da unidade Partidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos nesta tribuna, para que possamos dela registrar quatro fatos que julgamos oportunos:

O primeiro deles, tendo em vista tantas críticas que temos ouvido a respeito do INPS, para que possamos aqui registrar, com satisfação, de que no último sábado, em minha cidade de Londrina, o Dr. Reinold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, recebeu o título de Cidadão Honorário de Londrina, com o destaque de que este título teve como autor o Prefeito Municipal de Londrina, Dr. José Richa.

E, não bastasse este fato, ainda a satisfação dos elogios feitos pelo Líder do MDB na Câmara Municipal de Londrina às atividades do INPS e à administração destacada do Dr. Reinold Stephanes. É um fato que entendo deve merecer um registro, para que possa ter assim também, o pensamento de ponderável parcela da oposição, a respeito do INPS e do Dr. Reinold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social.

Um outro fato que gostaria de abordar, diz respeito a um velho anseio da classe universitária de Londrina e já destacamos, hoje, a publicação dos editais, visando a construção, em Londrina, do viaduto rodoviário, na rodovia Celso Garcia Cid, dando acesso à Universidade Estadual de Londrina. Tem sido uma batalha, um trabalho que desenvolvemos junto aos companheiros da ARENA de Londrina, neste sentido, como uma das obras prioritárias do Governo daquele município. Está definido, os editais publicados e, como consequência vamos atingir aos anseios da população universitária.

Ainda no sábado, pudemos assistir, em Londrina, com a presença do Sr. Governador e do Dr. Arturo Andreoli, a entrega de novas obras de energia elétrica na sub-estação Roland Dawis. É mais uma demonstração da presença espetacular da COPEL, neste Paraná e, muito especial, em Londrina, a tal ponto que,

até junho último, já tinham sido aplicados, somente na área de Londrina, cerca de sessenta milhões de cruzeiros e com as obras entregues no último sábado, e as previstas para os próximos meses, os investimentos da COPEL devem chegar à casa dos cem milhões de cruzeiros.

E, por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar a minha satisfação pela magnífica convenção do meu Partido em Londrina, iniciada e terminada no sábado. Começamos e terminamos a convenção, ocasião em que a ARENA de Londrina levou à convenção, o nome de três companheiros, devidamente homologados, para que disputem as próximas eleições à Prefeitura Municipal.

Pela Legenda 1, o engenheiro e ex-Deputado Federal Mário Stamm, tendo como seu Vice o agricultor Fernando Agudo Romão, atual vice-presidente do Londrina Sport Club. A Legenda 2, com o médico Pedro Vasconcelos, tendo como seu vice o advogado Ambrósio Jorge. E a Legenda 3 com o pecuarista Manoel Garcia Cid, tendo como seu vice o advogado Go Ogawa.

Foi uma festa belíssima realizada nos salões do Grêmio Londrinense, completamente tomado e com a presença de S. Exa. o Sr. Ministro Ney Braga e os Presidentes Nacional e Estadual do nosso Partido, Deputado Francelino Pereira e Dr. Afonso Alves Camargo Neto, além do Governador Canet Júnior e do Vice-Governador Otávio Cesário Pereira.

Entendo que, através dessa convenção, a ARENA, em Londrina, deu a sua participação dentro da conjuntura política atual, oferecendo nomes gabaritados para as próximas eleições de 15 de novembro.

Eram os registros que gostaria de fazer neste momento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Encerrado o Pequeno Expediente, o Grande Expediente é reservado às orações da Assembléia, em comemoração ao "Dia do Soldado", de acordo com o nosso Regimento Interno. Falará em nome da Assembléia, o Deputado Accioly Neto.

A Mesa quer lembrar aos Srs. Deputados, que às 16 horas, no Plenário, do andar térreo deste Edifício, o Sr. Engenheiro Jurimar Cavichiolo, Superintendente da Administração dos Recursos Hídricos, fará uma conferência e uma palestra sobre o momentoso tema da poluição hídrica e aérea no Estado do Paraná.

A Mesa pede a presença de todos os Srs. Deputados. Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, dia vinte do corrente, a Assembléia Legislativa foi homenageada dentro das solenidades relativas à Semana do Exército, e esta homenagem foi feita ao Poder, na pessoa do seu Presidente, Deputado Paulo Camargo. Além das honras de estilo que lhes foram prestadas, estendeu-se ainda tal homenagem ao Poder Legislativo Estadual, a que um dos seus Membros tivesse a oportunidade de usar da palavra e transmitir, em nome dos Deputados a sua Mensagem alusiva à data, data que, em realidade, se comemora amanhã, mas que esta Assembléia Legislativa nos termos do seu Regimento Interno o faz antecipadamente.

E nessa ocasião, para prestar a nossa homenagem ao Exército Brasileiro especialmente, escolhi um tema que nem é tão amplo que possa abranger toda a história gloriosa do Exército Brasileiro, mas também não é tão restrito que tivesse a infelicidade de minimizar a participação do Exército no processo civilizatório de nossa Nação.

Entendi que dentre os homens que merecem o nosso respeito no Exército Brasileiro, entre eles avulta a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. É que ele como poucos, soube aliar à sua capacidade militar, a arte. E superada a batalha, realizar uma missão de conteúdo político, qual seja, a de pacificar e integrar aos discordantes.

E é sobre ele, que pretendo falar hoje, em nome desta Casa, homenageando ao Exército Brasileiro.

(Lendo): "Numa definição que se tornou clássica, o Estado é a Nação politicamente organizada, onde se estabeleceu, portanto, a diferença entre governantes e governados, ou seja, a constituição da autoridade, seu elemento formal.

Todavia, a Nação não é, como querem os anglo-saxões, sinônimo de Estado.

É que o Estado é uma realidade de ordem jurídica, enquanto a Nação é uma realidade de ordem sociológica.

Bem por isso, um notável jurista francês conceitua a nacionalidade como uma mentalidade. Dessa forma, há uma mentalidade inglesa, uma mentalidade espanhola, uma mentalidade italiana, e assim por diante.

E, felizmente, há uma mentalidade brasileira, formada homogeneamente em todos os quadrantes do País.

Mas, essa mentalidade brasileira só se concretizou depois que o Brasil se integrou plenamente, graças ao notável trabalho de um homem, cujo lema de vida era vencer, pacificar e integrar a todos, indistintamente.

Refiro-me a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Para melhor situar Luís Alves de Lima e Silva na história brasileira, é oportuno lembrar a afirmação de Luigi Settembrini, segundo o qual, vence as guerras, quem tem um grande princípio a defender.

E o Duque de Caxias sempre manteve perene um princípio que norteava o seu foro íntimo, e a sua conduta militar: a formação de uma mentalidade brasileira, que tivesse a força suficiente de sobrepair às eventuais disputas entre brasileiros.

E isso conseguiu com tal perfeição, a ponto do seu próprio adversário farroupilha, Davi Canabarro, ao receber proposta de Manoel Rosas, em 1844, que pretendia estender as fronteiras argentinas, não hesitarem responder, acima de nosso amor à República, está o nosso brio de brasileiros.

Quisemos, antes, a separação de nossa Pátria. Hoje, almejamos a sua integridade. Se ousarem invadir nosso País, encontrarão, ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas de Pedro II.

Além de incutir em todos os brasileiros de seu tempo, que por sua vez passaram às gerações futuras, a idéia de que a Nação está acima das individualidades, Duque de Caxias transmitiu também a índole magnânima e humanitária que acabou moldando o caráter e a personalidade do homem brasileiro. Foi, aliás, com esse atributo que ele pôde por em prática o seu ideal de uma mentalidade brasileira.

É que não se pode mesmo integrar pessoas divididas por ódios ocasionais, sem que conciliação esteja baseada na atitude magnânima e no comportamento humanitário. Em outras palavras, Luís Alves de Lima e Silva, sempre partiu do pressuposto de que, finda a batalha, não podem existir vencedores e nem vencidos, só brasileiros.

Daí, ter sido chamado a intervir em três episódios de insurreição que ameaçaram seriamente desagregar o Brasil, e não fosse o seu êxito nós jamais seríamos o que somos — um País uno, com um povo integrado numa mesma mentalidade.

Primeiro, foi a revolta conhecida como Balaiada, que irrompeu no Maranhão, em 1840.

Aqui começa, verdadeiramente, a obra de pacificação e integração nacional realizada por Caxias.

Quando foi reintegrado à administração colonial do Rio de Janeiro, em 1784, o Maranhão desfrutava de razoável posição econômica, melhorada com a abertura de portos ao comércio exterior. Mas, apenas os latifundiários e os comerciantes portugueses usufruíam dessa riqueza. Isso criou, no Estado, uma camada aristocrática, conservadora e contrária à separação do Brasil de Portugal. Embora os maranhenses tivessem aceito a D. Pedro I, se mantiveram, contudo, praticamente fechados em si

mesmos. Devido ao extremo conservadorismo da sociedade maranhense, é que houve a revolta denominada balaiada: descontentes com as difíceis condições de vida, vaqueiros, lavradores e escravos foragidos, sob a liderança de Raimundo Gomes, conseguiram dominar grande parte do Maranhão, além de outros Estados.

Com uma tropa de oito mil homens, que compunha, o que chamou de "Divisão Pacificadora", Caxias logrou facilmente obter a supremacia militar sobre os revoltosos. Todos os rebeldes vieram a ser anistiados, e, quando entregou o governo do Maranhão, Caxias declarou em tom solene: não me ufano de haver mudado os corações e haver sufocado antigos ódios de partidos, ou, antes, de famílias, que por algum tempo se acalham e, como a peste, se desenvolvem por motivos que não previmos ou não nos é dado dissipar.

Conseguira pacificar os maranhenses e fazer o Maranhão integrar-se ao País.

Posteriormente, coube-lhe nova missão pacificadora e de integração: a revolta dos liberais paulistas e mineiros.

A insurreição de 1842, inicialmente em São Paulo e depois e mais forte em Minas Gerais, decorreu do inconformismo de políticos liberais em relação às leis criadoras do Conselho de Estado e reformadoras do Código de Processo Penal, e o Ato de Dissolução da Assembléia Geral. Aos paulistas Caxias pacificou, depois de derrotar os insurretos, entre eles o ex-regente Diogo Feijó, em Sorocaba. Esperava-se que Minas Gerais, a quem estava destinada a missão de apoio aos paulistas, desistisse ante o insucesso da província líder do movimento. Os fatos comprovavam engano. É que os revolucionários mineiros, liderados, entre outros, por Teófilo Ottoni, acreditando haver sucesso em São Paulo, fiéis à palavra empenhada, incidiram no mesmo erro, transformando o episódio, em sua província, em tragédia maior do que aquela apresentada na bandeirante. Caxias também os venceu, depois de difícil batalha em Santa Luzia, e a história registra que os seus cuidados finais, ao término do seu encargo em Minas, dirigiram-se para os próprios integrantes da revolta, os vencidos, cujas pessoas, famílias e bens, mereceram especial proteção.

Após a ação restauradora de paz, concluiu também o trabalho de integração dos mineiros.

Todavia, não cessou aí a sua tarefa primordial de integrar, pacificados, os brasileiros ao Brasil.

Fez-se necessária a sua presença no Rio Grande do Sul, onde se proclamara, em 1836, uma república, provocando verdadeira guerra civil, que passou à história como a "guerra dos farrapos".

Durante os primeiros 25 anos do Século XIX organizou-se definitivamente a sociedade riograndense, girando toda ela em torno de interesses próprios bem distintos dos da Coroa, e, conseqüentemente com grande sentimento de autonomia. A esse contraste de interesses econômicos, somavam-se as divergências políticas com o governo central, mais tarde.

A situação era explosiva e a idéia de autonomia política vinha se formulando desde 1820. À rebelião bastou um passo curto e a proclamação da república de Piratini significou o grande desafio à própria estabilidade e continuidade da Nação brasileira como um todo homogêneo.

Novamente, entregaram a Caxias a responsabilidade de pacificar brasileiros e revoltados.

E, mais uma vez, ele triunfou: como militar, porque venceu todas as batalhas que sustentou, principalmente contra a discórdia que deu origem à "guerra dos farrapos". A Ata de pacificação, assinada em 1845, retrata claramente o espírito de Caxias: estabelecia anistia geral e isenção de serviço militar para os revolucionários; os chefes conservariam seus postos e os escravos engajados no exército dos farroupilhas seriam entregues ao Estado. A melhor prova de que conseguiu realmente pacificar liberais é conservadores gaúchos, bem como

integrá-lo indissoluvelmente ao Brasil, foi que seu nome acabou por ser incluído na lista tríplice para o Senado, como representante do Rio Grande do Sul.

Pode-se afirmar, com segurança, que a participação de Caxias em todos esses episódios citados alterou o curso da história. Pois, não fora a sua preocupação de pacificar e integrar os brasileiros do nordeste, do centro e do sul, certamente o Brasil seria hoje um continente fracionado em repúblicas dependentes, economicamente débeis e, o que é pior, em permanente estado de beligerância.

Mas, essa obra de integração realizada por Caxias não ficou perdida nos confins da História.

Ao contrário, se protraiu no tempo.

Por diversas vezes, como em 1932, por exemplo, se aludiu a Caxias para evitar a desintegração nacional.

Mais recentemente, em 1964, o exército brasileiro, como atendendo a um apelo de Caxias — seu patrono —, viu-se obrigado a exercer uma ação pacificadora e integradora, para impedir que a Nação, pela tentativa de desfazer a obra pronta e acabada de uma única mentalidade brasileira, se visse mergulhada em terrível guerra fratricida.

Hoje, destarte, é grande a nossa responsabilidade no sentido de preservar a unidade nacional, fruto da perseverança e acendrado patriotismo de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

E não é difícil que os brasileiros assumam a responsabilidade de garantir, no presente e perante o futuro, a integridade do País, formidável herança deixada por Caxias.

Basta somente que cada um cumpra o seu dever".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna. — Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 75/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 55/76, mensagem número 159/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 77/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 114/76, mensagem número 35/76, do Poder Executivo que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Corbélia, objetivando execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual Amâncio Moro e Grupo Escolar Duque de Caxias da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 78/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 170/76, mensagem número 30/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do

Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 80/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 04/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 81/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, cidade de Capanema. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 38/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina "Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini", a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ. e CIP., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 71/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede e foro nesta cidade. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 81/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 07/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Barra do Jacaré, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar PIO XII, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 81/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Barra do Jacaré, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar PIO XII, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 07/76

Acompanhado da mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Barra do Jacaré, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar PIO XII, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 82/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 14/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 82/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 25 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Martin Afonso de Souza, o Posto de Puericultura e o Colégio Estadual Padre José Pires, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 14/76

Acompanhado da mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Martin Afonso de Souza, o Posto de Puericultura e o Colégio Estadual Padre José Pires, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 83/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 17/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Remo Mazzi, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 83/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Remo Mazzi, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 17/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Remo Mazzi, na sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 84/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 25/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Jaguapitã, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 84/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Jaguapitã, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Newton Guimarães, a Escola de Aplicação Dr. Nilson Ribas, o Posto de Saúde e Posto de Puericultura, a Delegacia de Polícia e o DETRAN, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 25/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Jaguapitã, objetivando a execução de

reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Newton Guimarães, a Escola de Aplicação Dr. Nilson Ribas, o Posto de Saúde e o Posto de Puericultura, a Delegacia de Polícia e o DETRAN, na sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Antunes Egas, ocorrido em Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Alves, ocorrido na cidade de Araruna. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando a anexação dos Projetos de Lei números 115/75 e 117/75, ambos de sua autoria, atualmente na CCJ., à Proposição número 204/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de saudades pelo 22º aniversário da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a pavimentação do trecho, que liga Imbituva ao acesso rodoviário, cujo trecho foi pavimentado até uma determinada altura, ficando o restante inacabado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, encarecendo providências no sentido de instalação de Agência Federal de Rendas, na cidade-sede do município de Nova Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, lido da tribuna, solicitando voto de louvor e congratulações ao Sr. Professor Newton Carneiro, pela sua designação, por eleição, para o alto cargo de Representante na Diretoria dos Institutos de Pesquisa Florestal "IUFRO" com sede em Viena. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a suspensão do Grande Expediente da sessão do próximo dia 26, a fim de que os Srs. Deputados possam assistir palestra do historiador e Professor Mathias Júnior, a respeito da questão fronteiriça entre os Estados do Paraná e São Paulo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do BANESTADO, reiterando apelo da necessidade de instalação da agência do referido Banco na cidade de Amaporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Deputado Lúcio Machado, e refeito por S. Exa..

O SR. SECRETÁRIO — (Lê a redação do requerimento refeito pelo Deputado Lúcio Machado).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o requerimento. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, havia tomado conhecimento da redação anterior e verifiquei que o eminente Deputado Lúcio Machado reformulou a redação do presente requerimento. Todavia, no encaminhamento da votação, desejava que o eminente Deputado me esclarecesse:

Primeiro, se a obra foi construída com recursos do Governo do Estado, por administração direta ou se foi construída em convênio com a municipalidade de Abatiá. Porque, Sr. Presidente, cabe registrar o fato de que, quando o Governo do Estado repassa recursos à Prefeitura Municipal para que construa, dentro das especificações técnicas contidas no projeto que dá origem ao convênio, a responsabilidade da aplicação dos recursos, a fiscalização das obras passam a ser responsabilidade do Sr. Prefeito Municipal, contra quem, no caso, se deveria solicitar providências no sentido de verificar a qualidade do material ali empregado.

Se a obra, todavia, foi construída por administração direta, quer da FUNDEPAR, da Secretaria de Educação ou da EMOPAR, nós estaríamos em melhores condições de votar o presente requerimento. Tanto quanto S. Exa. desejamos esclarecimentos para apurar responsabilidades, se elas existem.

Todavia, se a obra foi construída em convênio, com a Prefeitura Municipal, cabendo nos termos do convênio, a fiscalização à autoridade municipal, quer me parecer que o procedimento não seria correto, solicitar-se do Governo do Estado, a constituição de uma Comissão Técnica para levantamento dos materiais ali aplicados. Gostaria de receber do Sr. Deputado, tão somente esta informação para me posicionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para encaminhar a votação, tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Presidente, Srs. Deputados.

Para encaminhar a votação de meu requerimento, devo esclarecer ao eminente líder do Governo que a construção da obra destinada ao Ginásio de Abatiá, segundo observadores daquela localidade, constitui uma verdadeira novela de malversação de dinheiro público. Embora tenha sido, aquela obra, feita através de recursos nascidos do convênio entre Governo Municipal e Governo Estadual, ela pertence, quase que, a sua total responsabilidade, ao recente desaparecido Departamento de Viação e Obras Públicas. A obra em fase de conclusão, naturalmente, recebeu o seu respaldo pela empresa EMOPAR e verifica-se que em fase de inauguração, esta obra caracteriza, perfeitamente, o retrato mais aberto do desmando e da má aplicação do dinheiro público.

O nosso requerimento parece não ter um destino efetivo, porque, recentemente, a EMOPAR desapareceu, ou melhor dizendo, o Departamento de Viação e Obras Públicas desapareceu, para, no seu lugar, assumir a responsabilidade de construções do Estado, a empresa EMOPAR.

O certo é, nobre Líder do Governo, que alguém tem que responder pela má aplicação do dinheiro do Estado, por-

que foi efetivado convênio com o Estado, para construção daquele prédio destinado ao Ginásio e, se nós não temos um Departamento, efetivamente, a dirigir, eu acredito que a direção está certíssima e quem deverá responder pelas indagações sobre o fato, não é outra pessoa, senão o Exmo. Sr. Governador do Estado. V. Exa., atribui a responsabilidade ao Sr. Prefeito Municipal, enquanto o Prefeito Municipal de Abatiá, atribui o fato da mesma responsabilidade, à administração pública do Estado.

O certo é que está caracterizado que houve, naquela aplicação do dinheiro público, seja do Estado ou do município, a falta de dignidade na correspondência da aplicabilidade de materiais de primeira, como se verifica no seu orçamento e no seu plano de construção. Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não tenho a impressão, eu tenho certeza — o meu requerimento está dirigido exatamente, ao seu fiel destinatário, que é o Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o requerimento.

O Sr. Ivo Thomazoni — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, desde que algumas indagações permanecem no ar, eu falaria amanhã, no Pequeno Expediente, sobre o assunto, razão pela qual, antecipo e desejo a constatação de quorum, ou verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa não tinha ainda dado o resultado da votação, o que fará isso agora e depois fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. — APROVADO.

Será procedida a verificação de votação, requerida pelo Deputado Ivo Thomazoni. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Quatro (4) dos Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze (11) dos Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para a votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 38/76 e 72/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 81/76, 82/76, 83/76, 84/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 85/76, 86/76, 87/76 e 88/76.

Levanta-se a sessão.